

# Governo terá dificuldades para substituir senadores

**MANOEL VILELA  
MAGALHÃES**  
Da sucursal de Brasília

Se de fato forem confirmadas as previsões de que entre os futuros governadores de Estados figuram alguns dos atuais senadores arenistas — os melhores, por sinal —, o governo passará a enfrentar inevitáveis dificuldades para manter no Congresso um corpo qualificado de parlamentares, como seu suporte político-partidário. Para piorar o quadro, duvida-se da manutenção numérica da mesma bancada governista no Senado, já que os nomes a serem chamados para os executivos estaduais não teriam qualquer problema para a reeleição se quisessem permanecer no Parlamento, o mesmo não acontecendo com eventuais novos nomes.

Restaria à Arena e ao governo a alternativa de selecionar nomes representativos, mas sem lastro eleitoral, para enviar ao Senado pela chamada via "biônica", a da eleição indireta. No entanto, para complicar um pouco mais as inquietações do partido, o cargo de senador "biônico" é no momento um dado sobressalente no tabuleiro das negociações ou do jogo das disputas internas, além de representar também o fio de esperança final dos senadores desestimulados ou sem coragem de enfrentar as urnas, na disputa com outros representantes da própria maioria ou do fantasma oposicionista.

No Palácio do Planalto, os generais João Baptista Figueiredo, futuro presidente, e Golbery do Couto e Silva, chefe de Gabinete Militar, são procurados com razoável periodicidade por muitos senadores ou deputados federais que já pressentem um desempenho insatisfatório nas urnas de novembro e que, por isso, dirigem sua cópica, sem qualquer constrangimento, para a ala dos "biônicos". Mas, como se recorda, o Planalto já andou proclamando o intento de reservar essas cadeiras para figuras altamente representativas, fato que, por sua vez, não deixa de aguçar o apetite de membros ou integrantes do executivo, todos eles se esforçando para deixar transparecer qualidades ou condições inerentes aos políticos. Mesmo no meio parlamentar, alguns nomes de técnicos — como o ministro Reis Velloso, do Planejamento, ou do ex-ministro e ex-embaixador Delfim Netto — são lembrados nessas horas de disputas internas. No meio dessa semana, por exemplo, o vice-presidente do Senado, José Lindoso, numa conversa informal com amigos, externou a opinião de que seria válido e isento de críticas levar para o Congresso Nacional figuras como a de Roberto Campos, Velloso, Delfim e outros de igual expressão. Qualquer um deles, no entender do representante do Amazonas, contribuiria para levantar o nível dos debates do Senado.

O problema todo, no entanto,

é saber se o governo conseguirá de fato lograr o seu intento, isto é, a escolha de nomes altamente representativos para o terço "biônico" do Senado Federal. Em muitos Estados, este passou a ser um dos mais atraentes pontos para o encaminhamento de acordos ou composições.

A outra via, a da eleição direta, é desafiante, a começar pela disputa de voto contado com os candidatos da oposição, mas há quem a prefira, como é o caso dos políticos habituados ao embate das urnas. Outros, se assustam, diante de suposições de vitórias maciças dos oposicionistas, tornando muito difícil até mesmo a seleção de nomes para o registro de candidatos ao Senado. Como a lei eleitoral permite o lançamento de três candidatos, pela legenda e pelas sublegendas, são poucos os arenistas que se dispõem a aceitar a pugna, pois, dos três, só um será o senador e, assim mesmo, se ganhar da oposição. Os outros dois candidatos, pelas sublegendas, vão sobrar, mesmo levando em conta a suplência para o segundo colocado nas eleições. Nessa hora, prevalece o argumento de que "não vale a pena trocar o certo pelo duvidoso", com o qual os arenistas se descartam, preferindo, no caso, o caminho do "certo", que pode ser, por exemplo, a disputa de uma cadeira na Câmara dos Deputados.

## OS QUE SAEM

Os nomes dos próximos governadores começam a ser anunciados amanhã em Brasília e isso pode representar o início da convocação de alguns dos senadores arenistas. Outros não voltarão porque não devem concorrer ao pleito de 15 de novembro. Daniel Krieger, do Rio Grande do Sul, e Accioly Filho, do Paraná, são dois deles, o primeiro porque entende que já deve abandonar a vida pública, depois de longos anos de bons serviços prestados ao País. Quanto a Accioly Filho, trata-se da mais incrível e injusta punição branca, que lhe está imposito a Arena. Pela posição de independência assumida em algumas das muitas fases de crises internas do partido, no Pa-

raná, Accioly foi marginalizado e seu nome já não é lembrado nem mesmo para a disputa do Senado pelo voto direto.

Accioly, talvez a maior figura do Senado, no momento, é um dos nomes que a Arena e o governo vão perder. Como seu substituto, o Paraná vai mandar para Brasília o atual dirigente regional arenista, Affonso Camargo Netto, o escolhido para "biônico". Na eleição direta, as condições são mais favoráveis para o MDB.

A inexistência de nomes do mesmo quilate dos que vão deixar o Senado, em alguns Estados, já levou os preocupados setores arenistas e governistas ao exame das possibilidades legais para o registro de candidatos "biônicos" com domicílio eleitoral estranho à área que deverá representar na Câmara Alta. Isto é impossível diante dos preceitos constitucionais, e não parece favorável uma interpretação forçada do texto.

Se, no entanto, a idéia prosperar, o caminho seria a alteração dos dispositivos da Constituição Federal, reduzindo o prazo do domicílio eleitoral, que é de dois anos. Isto é viável, mas não é provável, conforme raciocinam os dirigentes arenistas, dentro da tese de que se estaria forçando demais — ou violando — as regras estabelecidas para o jogo eleitoral.

Viável ou inviável, provável ou improvável, o certo é que, para a modificação lembrada, o Congresso teria que votar antes de novembro uma emenda constitucional com esse objetivo. Se o governo quiser, a emenda poderá ser votada, por dispor o seu partido, a Arena, de maioria absoluta, o novo quorum fixado pelo "pacote de abril" para aprovação de emendas à Carta.

Admitindo a hipótese de confirmação dos nomes cotados para governadores, o Senado perderia até o final do ano legislativo figuras como as de José Lindoso, que iria para o governo do Amazonas; Eurico Rezende, atual líder governista no Senado, cotado para o Espírito Santo; Jarbas Passarinho, Pará; José Sarney, Maranhão e Virgílio Távora, Ceará. Outro que poderá deixar o Senado é o seu atual presidente, Petrônio Portella, um provável ministro do governo Figueiredo ou do STF.

Com esses cortes de qualidade, indagam os políticos quais serão os rumos arenistas para a escolha dos futuros presidente e líder governista no Senado? O nome de Luís Vianna Filho aparece na resposta como a solução mais natural, por ser a figura de maior representatividade entre os senadores que deverão permanecer no exercício. Mesmo que a idéia de selecionar personalidades expressivas para o quadro de "biônicos", não se espera que o governo dê a qualquer deles a presidência da Casa, pelos menos nos primeiros dois anos da próxima legislatu-

ra, a se iniciar em março do próximo ano.

Luís Vianna Filho pode ser uma solução para a presidência do Senado, mas os problemas do governo não se esgotam aí. Eles esbarram nas dificuldades para a escolha do sucessor de Eurico Rezende na liderança arenista. Como opções para essa escolha, podem ser lembrados os senadores Helvídio Nunes, do Piauí, que será reconduzido ao Senado na vaga de "biônico"; Lenoir Vargas, de Santa Catarina, que também voltará nas mesmas condições, isto é, pela vaga indireta. Também não pode ser esquecido o nome do senador paulista Otto Cyrillo Lehmann, atual vice-líder, cujo retorno, no ano próximo, vai depender da sua escolha para "biônico", o que parece contar com a simpatia do Palácio do Planalto.

A escolha dos "biônicos" já é fato vencido na grande maioria dos Estados, pelo menos a partir da conclusão de acertos entre facções arenistas. Pelo critério das bases do partido, a vaga indireta está sendo reservada para os atuais senadores cuja reeleição é duvidosa, por falta de votos. Os governadores, por sua vez, na presunção de que contam com a preferência dos eleitores nas urnas, vão disputar a vaga direta.

